

A PEDAGOGIA DO MST COMO POLÍTICA DE RESISTÊNCIA SOCIAL, EDUCACIONAL E CURRICULAR: A EXPERIÊNCIA DE SÃO MATEUS/ES.

Renata Araujo de Castro Fermam - UFF (Brasil) renatafermam@gmail.com

Viviane Merlim Moraes - UFF (Brasil) vivianemerlim@id.uff.br

RESUMO AMPLIADO

No presente texto abordamos nosso contato com a Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir do 34º encontro estadual dos educadores e das educadoras da reforma agrária do Espírito Santo, realizado entre os dias 07 e 09 de julho de 2022, em São Mateus/ES. O **objetivo** é compreender a contribuição dos elementos constituintes de tal pedagogia às discussões curriculares que comumente nos deparamos como pedagogas, responsáveis pela organização do trabalho escolar nas escolas das cidades, em diferentes etapas da educação básica. Cabe ressaltar que o ES é o estado brasileiro que mantém estes encontros a mais tempo e com regularidade. Na ocasião, acompanhamos dois dos três dias destinados à realização da atividade, tendo um contato mais próximo com educadores–militantes e também com duas escolas da região, às quais realizamos uma visita. Nosso intuito era compreender como a educação do campo se organiza na região, a partir dos assentamentos, contemplando tanto as demandas locais, quanto os princípios pedagógicos do MST (CALDART, 2000; CALDART e DAROS, 2013), comuns às mais de 2.000 escolas espalhadas pelo país (MST, 2022).

De acordo com documentos que fundamentam o trabalho pedagógico do MST, sua pedagogia é definida como: “[...] jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio *movimento*” (MST, 2005, p. 200). Os objetivos das escolas que emergem de seus acampamentos e assentamentos se referem à formação de militantes e lideranças, a partir da realidade do povo trabalhador e a possibilidade de uma nova realidade. Seriam tarefas destas escolas: ensinar a ler, escrever e calcular a realidade; ensinar pela prática; construir o novo; preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual; ensinar a realidade local e geral; gerar sujeitos da história; e se preocupar com a pessoa integral.

Busca-se contemplar a realidade e a vivência do povo trabalhador (IDEM, p. 51) para pensar e fazer o currículo, colocando-o em diálogo com a realidade, com a dimensão da prática e a auto organização. Tira-se o foco das listagens de conteúdos, centrando-se em temas geradores, a partir dos problemas cotidianos vivenciados no próprio acampamento/assentamento, com base em alguns princípios, como a formação da identidade, o resgate da memória, a importância da cultura popular, a centralidade da formação militante e da relação respeitosa entre o ser humano e a natureza.

Como princípios filosóficos, destacam-se: educação para a transformação social – explicada como uma educação de classe –; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana – omnilateral, em uma perspectiva marxista –; educação com/para os valores humanistas e socialistas; e educação como um processo permanente de formação humana.

Os princípios pedagógicos relacionam prática e teoria (práxis); a combinação metodológica entre processos de ensino e capacitação – em que resultam tanto saberes teóricos quanto práticos, para além de competências e habilidades –; a realidade como base da produção do conhecimento; os conteúdos formativos socialmente úteis; a educação para o trabalho e pelo trabalho; o vínculo orgânico entre processos educativos e políticos, entre processos educativos e econômicos e entre educação e cultura; a gestão democrática; a auto-organização dos estudantes; a criação de coletivos pedagógicos; a formação permanente dos educadores e das educadoras; atitude e habilidades de pesquisa; e a combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (IBIDEM, p. 161-179).

Para o desenvolvimento do presente estudo destacamos como eixo de análise teórico-metodológica a organização do trabalho pedagógico dessas escolas a partir de temas geradores e planos de estudo, que se baseiam na concepção de educação popular de Paulo Freire (1987, 2003), perpassando o currículo das 26 escolas do Movimento que se situam naquele estado, desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental. Cabe ressaltar que o trabalho com o ensino médio começou a surgir mais recentemente, somente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A fim de viabilizar maior proximidade com os debates vivenciados, **visitamos *in loco*** duas escolas pertencentes à mesma brigada e no município de São Mateus/ES - as

escolas situadas no estado são divididas em cinco, com base em critérios de divisão territorial - a saber, a Brigada Quilombo dos Palmares: Escola Vale da Vitória, que atua com educação infantil, vinculada à rede municipal de São Mateus, e anos iniciais do ensino fundamental, com vínculo com a rede estadual do ES; e Escola Estadual de Ensino Fundamental 27 de outubro, que recebe estudantes dos anos finais do ensino fundamental.

A partir da leitura de documentos que nos foram disponibilizados, nas visitas às duas escolas mencionadas e das conversas realizadas com educadores-militantes no encontro, observamos que há um debate em curso no estado do ES, sobre a exigência de cumprimento de um termo de ajuste de conduta (TAC) por exigência do Tribunal de Contas, de forma que as secretarias de educação estadual e municipais eliminem a concorrência de oferta para as etapas da educação básica, municipalizando compulsoriamente toda a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental e estabelecendo acordo quanto aos anos finais; tal medida serviria para otimizar e reordenar as redes de ensino. Outras exigências do TAC, referem-se ao estabelecimento de critérios para escolha de diretores, contratação e pagamento de professores, entre outros temas. Considerou-se que o termo se constitui em um ataque à Constituição de 1988 e, principalmente, às especificidades das escolas do campo. No caso do Espírito Santo a questão é grave, devido à história do MST na região, que remonta aos anos de 1985, quando se deu a primeira ocupação e se instituiu a primeira escola, inspirada no modelo das escolas-família.

No que se refere às experiências pedagógicas vividas nas escolas das redes estadual e municipais que se fizeram representar na ocasião, há um esforço para que os planos de estudo - entendidos para além do mero diagnóstico da realidade, mas como forma crítica de conhecimento, inserção, problematização e transformação da mesma - e os temas geradores - pensados como chaves para a leitura crítica do real - permaneçam como eixos articuladores do trabalho educativo, posto que são fundamentais para manterem vivos os elementos da pedagogia do MST, explicitados anteriormente. Foi citado um roteiro a ser elaborado em cada escola do Movimento, de maneira a corporificar tal perspectiva pedagógica: parte-se do fato concreto (questionamentos para compreender a realidade) para a análise, a comparação, a generalização e a colocação comum (socialização da pesquisa, por meio do debate, problematização e elaboração de sínteses), por meio da intervenção dos educadores. O segundo momento é a elaboração de uma

pasta da realidade (espaço no qual os educandos registram suas reflexões sobre o plano de estudo). Nela registram-se atividades vivenciais (realizadas em diferentes espaços-tempos formativos) e atividades de retorno (que devem sistematizar questões a serem apresentadas à comunidade).

Diante o exposto, algumas **conclusões preliminares** são destacadas, dentre as quais elencamos: os desafios ao desenvolvimento do trabalho das escolas resultantes das diferentes orientações dos entes federados para as etapas da educação básica, as formas precárias de contratação e formação dos professores; a perspectiva de itinerância no trabalho de pedagogos e diretores escolares; a falta de transporte escolar; o fechamento de escolas na localidade; o ataque dos poderes públicos às escolas multisseriadas; a coexistência de estudantes assentados e não-assentados, matriculados em escolas do MST; a não-existência de escolas do MST na etapa do ensino médio regular, obrigando esses jovens a sair dos seus assentamentos para frequentar as escolas estaduais, entre outros.

Todavia, muitos pontos positivos se fizeram presentes tanto na visita às escolas, quanto no acompanhamento ao encontro: a importância do plano de estudo como instrumentalizador do trabalho coletivo e de auto organização na e da escola, referenciado pelo diálogo com a comunidade, em um movimento praxiológico, no qual são aprofundados conhecimentos de diferentes áreas nas aulas, com vistas à transformação da realidade concreta dos assentamentos; os temas geradores, ferramenta fundamental para articular o trabalho das escolas com as orientações do MST; a sugestão de criação de um comitê e intermunicipal com o objetivo de pensar a relação entre a educação das escolas do município com o estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete; DAROS, Diana [et.al]. **Escola em movimento**. Instituto de Educação Josué de Castro. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

MST. **Dossiê MST Escola.** Documentos e estudos 1990-2001. Caderno de Educação nº13. Edição Especial. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MST. MST Educação. **MST.** 21/04/2022a. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 21.abr.2022.